



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
2ª VARA CRIMINAL  
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

**SENTENÇA**

Processo nº: **1003835-03.2018.8.26.0566 - Controle nº 2018/001048**  
Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Garantias Constitucionais**  
Impetrante: **Alice Pilegi Neves**  
Impetrado: **Colégio Cecilia Meireles Ss Ltda**

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **A.P.M.**, representada por sua genitora, contra ato da diretora do estabelecimento particular de ensino, afirmando que autoridade impetrada praticou ato abusivo consistente em impedir a matrícula da impetrante no Nível Escolar Infantil 2 da Pré-Escola, sob o motivo de que a impetrante não completou 06 anos de idade até a data limite estabelecida na deliberação nº 73/08 do Conselho Estadual de Educação. Pede liminarmente seja autorizada a matrícula na fase pleiteada. Juntou documentos a fls. 11/68.

Foi concedida a liminar.

Após prestadas as informações pela autoridade impetrada, o representante do Ministério Público manifestou-se favoravelmente ao pedido.

É o relatório.

DECIDO.

O ato praticado pela autoridade impetrada consiste em negar realização de matrícula na fase educacional desejada pela impetrante. A autoridade impetrada apenas informou que cumpriu a ordem liminar concedida.

Há obrigatoriedade da educação básica, dos 04 aos 17 anos de idade, conforme artigo 208 da Constituição Federal. A regra geral de idades para a matrícula assim se estabelece: de 0 a 3 anos é dada a creche, que se inclui na educação infantil; de 4 a 5 anos ainda é ministrada a educação infantil, consistente em pré-escola; de 6 a 14 anos é dado o ensino fundamental e; de 15 a 17 anos é dado o ensino médio.

As normas que informam a matéria estabelecem que para aqueles que tenham 06 anos completados até 31 de março do ano de ingresso, a matrícula é garantida no ensino fundamental (artigo 87, parágrafo 3º, I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; Resolução nº 01/2010 do Conselho Nacional de Educação e; Resolução nº 06/2010, do mesmo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

Conselho). Ou seja, para o ingresso no 1º ano do ensino fundamental, a criança deverá ter 06 anos completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

Diversamente do que foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação, no Estado de São Paulo, o Conselho Estadual de Educação e a Secretaria Estadual de Educação, fixaram o mês de junho como termo final para a criança completar 06 anos de idade e ter acesso garantido ao ensino fundamental. Dito de outro modo: terão acesso garantido ao ensino fundamental todas as crianças que houverem completado 6 anos de idade até 30 de junho do ano do ingresso (artigo 2º da Deliberação nº 73/08 do Conselho Estadual de Educação).

Logo, trata-se de critério unicamente cronológico.

A impetrante possui condições intelectuais e cognitivas adequadas à sua pretensão conforme documentos juntados aos autos. Logo, não seria constitucional, nem justo que a impetrante aguardasse um ano em desestímulo ao seu desenvolvimento. Devem prevalecer o interesse da criança e a sua proteção integral.

Seria contraproducente para o desenvolvimento escolar obrigar a impetrante a repetir o mesmo ano escolar, uma vez que a prova revela a aptidão intelectual da criança com o correspondente nível de exigências.

Conforme orienta a jurisprudência que rege a matéria (TJSP, 9ª Câmara de Direito Público, apelação/reexame necessário nº 3005281-10.2013.8.26.0363, j. em 5/11/2014):

*“Prevalece o argumento do impetrante apontando que, ao analisar a educação, o objetivo deve ser o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, e não a simples progressão. Contudo, exatamente por esse motivo que deve ser permitida ao apelado a garantia de cursar a etapa seguinte, pois, caso contrário, poderia retardar injustificadamente o seu desenvolvimento, além dos prováveis prejuízos que poderiam ser gerados ao se exigir que se separe de sua turma de colegas e refaça a 2ª fase.*

*O artigo 54 do Estatuto da Criança e Adolescente estabelece que é dever do Estado atentar as características próprias de cada criança. E a do caso em análise possui condições de cursar tal fase.*

*E mais. Não há limitação constitucional relativamente à idade de ingresso da criança nos diferentes níveis do Ensino*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

*Fundamental. Isto porque o objetivo estatal ao delimitar idades específicas para cada nível de ensino é fazer com que seja materialmente possível cumprir com o seu dever de promover a educação (CF, art. 205). Na situação em tela, não há, portanto, qualquer prejuízo ao Estado.*

*Estabelece o artigo 208, inciso V, da CF que o dever do Estado com a educação será garantido com o livre acesso aos níveis mais elevados do ensino, segundo a capacidade de cada um. O artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, por sua vez, assinala que o ensino fundamental obrigatório, garantido pelo Estado, com duração de 09 (nove) anos, inicia-se aos 06 (seis) anos de idade.*

*A obrigatoriedade dos pais em efetuar a matrícula de seus filhos no ensino fundamental a partir dos seis anos não é impeditivo para o ingresso da criança anteriormente. Destaca-se que a criança, no caso em exame, irá complementa a idade mínima pouco depois do estabelecido pelo Conselho Estadual de Educação.*

*Mesmo que haja regulamentos administrativos que adotem critérios de idade mínima, o ensino não pode ser obstado apenas em razão dessas normas.*

*Como se sabe, as orientações expedidas pelo Conselho Estadual de Educação são atos meramente administrativos, os quais, em atenção aos princípios da legalidade e da hierarquia das normas, não se sobrepõem às leis federais”.*

No mesmo sentido:

*“Mandado de Segurança – Pretensão à matrícula de criança em etapa denominada “minimaternal” – Recusa do estabelecimento educacional, sob a alegação de que o menor não teria dois anos completos em 30 de junho de 2015 – Descabimento – Inaplicabilidade da Deliberação 73/2008 ao caso – Norma que trata não trata do acesso à creche, referindo-se tão-somente à pré-escola e ao ensino fundamental – Criança*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

*apta a frequentar o nível educacional em que pretende a matrícula – Capacidade de aprendizagem que deve ser analisada de forma individual – Arts. 208, V, da CF, e 54, V, do ECA – Ademais, não seria razoável obstar o ingresso da criança em razão de diferença de apenas onze dias entre a data considerada limite para a matrícula e a data de seu aniversário - No mais, não se vislumbra prejuízo ao estabelecimento educacional, ante a possibilidade de futuramente reter o aluno no mesmo nível caso apresente insuficiência na aprendizagem do conteúdo - Segurança bem concedida – Reexame Necessário – Seguimento Negado. Reexame Necessário nº 0000712-25.2015.8.26.0564. Rel. Luiz Antonio de Godoy. J. 15.02.2016”.*

**Ante o exposto, CONCEDO A SEGURANÇA, extinguindo-se o processo com apreciação de mérito.**

Custas na forma da lei. Não há condenação em honorários advocatícios.

P.I.

São Carlos, 28 de maio de 2018.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**